

DEBATE

INSTITUTO SOCIOANTROPOLÓGICO

Nome _____

Cod. _____



OS MISSIONÁRIOS DA LINGUAGEM

O Instituto Lingüístico de Verão, mais conhecido como "Summer" numa abreviação do seu nome em inglês, é a organização indigenista de maior envergadura no mundo. Recruta seu pessoal em vários continentes, embora a idéia, a sede, os recursos e a maioria dos seus quadros venham da América do Norte. Em 1975 atuava em 21 países, mantendo trabalhos com cerca de 675 grupos de língua distintos. Contava para tanto com aproximadamente 3.700 missionários dedicados em tempo integral, e via de regra por longos anos, ao estabelecimento de vínculos com os povos que ainda não foram alcançados pela Palavra Sagrada da sociedade ocidental.

As dimensões atingidas pelo Summer são em si mesmas dignas de consideração, pois elas implicam uma capacidade inesperada de mobilizar recursos e vocações para a árdua tarefa de "salvação dos indígenas". Religião e Sociedade nº 6, de dezembro de 1980, apresentou um estudo deste problema em referência a uma outra agência missionária de grande porte, a Missão Novas Tribos. Aqui destacamos para debate o Summer no que ele tem de mais característico, qual seja a sua especialização lingüística. Em contraste com as missões tradicionais, o Instituto de Verão vai ao campo com a tarefa precípua de dominar as línguas estranhas, reduzi-las à forma escrita, e imprimir nelas os livros da Bíblia. A energia que o mobiliza está claramente focalizada sobre o poder que a linguagem exerce sobre as sociedades humanas, e por isso os seus militantes são também chamados os "tradutores da Bíblia Wycliffe" (que foi o primeiro a passar as Escrituras para o inglês). Yonne Leite, pesquisadora do Museu Nacional e presidente da Associação Brasileira de Lingüística, apresenta a seguir uma avalia-

ção do trabalho do Summer no Brasil tendo em vista o campo de estudo das línguas indígenas do país.

Mas o porte do Summer e a sua especialização dão-lhe um peso estratégico que afeta a política indigenista de cada país onde entra e que já tem sido motivo de polêmicas no Brasil. Em 1975 o Instituto de Verão declarava possuir 63 bases entre os povos indígenas do país, e mantinha um domínio incontestado na esfera lingüística, sendo fonte não só para estudos científicos mas, de maior relevância imediata, para a produção de material didático bilingüe. Em outras palavras, a escolarização dos índios brasileiros passava em grande medida pela mediação do Summer. Em fins de 1977 jogos políticos palacianos resultaram numa ordem do Ministro do Interior Rangel Reis para que os missionários-lingüistas do Summer abandonassem o trabalho de campo. Não foram convidados a se retirarem do território nacional, contudo, e permaneceram em centros regionais (Brasília, Belém, Porto Velho, Cuiabá, Manaus) elaborando o material já recolhido ou trabalhando com informantes indígenas. Nos últimos meses de 1980, uma série de boatos indicaram que a FUNAI estaria negociando a volta do Summer ao trabalho direto com os índios. É uma notícia de muitas implicações que precisa ser discutida de maneira ampla e franca. Os antropólogos Anthony Seeger, do Museu Nacional, e Roberto Cardoso de Oliveira, da Universidade de Brasília, apresentam as suas opiniões a respeito nas páginas que se seguem. Como introdução informativa, incluímos um quadro sumário da história do Summer, com as datas e circunstâncias de entrada e, eventualmente, de saída deste Instituto nos vários países em que atua.

Os Editores

Em dezembro de 1977 o Summer Institute of Linguistics (S.I.L.), após duas décadas de atividades com grupos indígenas brasileiros, tinha denunciado o convênio assinado com a FUNAI e interrompidos, com a saída de seus membros das aldeias em que atuavam, os trabalhos de campo que vinham desenvolvendo.

A decisão da FUNAI, inesperada e inapelável, pouco repercutiu: pequenas notas em jornais, parcas e não-convincentes explicações oficiais, nenhuma manifestação das entidades de classe nem mesmo, que se saiba no reduzido círculo lingüístico, qualquer ato de solidariedade pessoal. Das comunidades indígenas em que mantinham programas assistenciais — sem dúvida as que deveriam ser as mais prejudicadas com a interrupção dos trabalhos — o mesmo mutismo. Melancólico final para uma entidade que se fixara nos meios antropológicos e lingüísticos há vinte anos envolta em muitas expectativas e esperanças.

Esse silêncio é de se estranhar se lembrarmos que na época o S.I.L. estudava *in loco* quarenta e quatro grupos indígenas (1), assessorava quatro programas de educação (Guajajara, Xavante, Kaingang e Karajá), mantinha cursos permanentes — intensivos e gratuitos, de introdução à metodologia lingüística e ainda organizava e promovia programas de treinamento de monitores indígenas bilíngües. Ocupava, pois, um considerável espaço nas áreas indigenista e acadêmica, espaço esse sustentado por uma extensa base geográfica e invejável infra-estrutura: quatro sedes em pontos estratégicos para o trabalho com populações indígenas — Cuiabá, Manaus, Belém e Porto Velho — um escritório central em Brasília, biblioteca selecionada, tipografia moderna para a impressão de textos lingüísticos, meios de comunicação e transportes próprios, equipes especializadas em diversos setores (mecânicos, aviadores, excelentes datilógrafas, auxiliares de escritório, tipógrafos etc.). Nenhuma outra instituição universitária no Brasil possuía ou possui organização tão sólida para a realização de seus programas de ensino e pesquisa. Tal situação poderia desagradar aos que dela não usufruíam, porém não houve qualquer tentativa de ocupar o espaço deixado em aberto. Na reunião promovida pela FUNAI para estudar os destinos dos programas em andamento, nenhuma das entidades universitárias presentes reivindicou a primazia da tarefa: seus representantes foram bastante cautelosos no encaminhamento de sugestões para a continuidade dos trabalhos. O caso aí morreu e o *Summer* saiu de cena como se nunca tivesse representado um papel, embora tivesse permanecido vinte anos em cartaz.

Um rápido passar de olhos em alguns textos produzidos pelo S.I.L. sob a capa de cartilhas de alfabetização e livros de produção indígena talvez justifique a falta de pronunciamento dos lingüistas e antropólogos e a tentativa de esquecimento do caso.

O SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS

Estratégias e Ação no Brasil

Yonne Leite*
Museu Nacional — UFRJ

Começemos pelas cartilhas. Segundo os princípios mais elementares da alfabetização, uma cartilha só faz sentido se nela estiver contido o mundo em que vivem os alfabetizados. A técnica de elaboração de uma cartilha e seus diferentes métodos — fonético, silábico, vocabular ou frasal — tornam-se realmente secundários se o que é transmitido não tem nexos nem significação para a população que vai utilizá-la. As cartilhas do S.I.L. estão baseadas no método que parte de uma palavra geradora com sílabas que permitam a formação de novas palavras. Mas é preciso que a palavra-geradora tenha uma carga semântica para o grupo. É preciso que ela transmita um conceito central para a vida da população. A palavra com que se abre uma cartilha é fundamental para um bom entrosamento entre o mundo da palavra escrita e o sentido da leitura. Tomemos ao acaso a cartilha Terena, organizada pelo S.I.L. e intitulada *Vucápanavo* ("Vamos para Frente"), publicada pelo Ministério do Interior, Fundação Nacional do Índio, Programa de Educação Bilíngüe (1976). A primeira palavra é *nacáti* que quer dizer "colar". Qual a carga semântica que poderá ter a palavra *colar* para a sociedade Terena? Parece-nos pelas informações dos textos antropológicos que a resposta é: nenhuma.

Além disso as palavras devem se juntar em frases que tenham um sentido tanto semântico quanto cultural. Voltemos à cartilha Terena. Na página 22 introduz-se, com desenhos, o contraste entre dois fonemas e suas diferentes ortografias — /i/ e /i:/ através dos pares mínimos *iti* "você" e *iti* "sangue". A seguir, como manda a metodologia mais usual, essas palavras-geradoras são combinadas com outras em frases de modo a formar um diálogo e logo abaixo vem um quadro no qual se encontram novas sílabas e novas palavras com material apresentado em lições anteriores. Correto visual e formalmente, mas ao se ler a tradução do diálogo esbarra-se com o seguinte:

- Onde você está?
- No poço.
- E o sangue?
- Está ali na cabeça de Davi" (p. 23).

É o exemplo mais singelo do que Bartolomeu Meliã chamou de "aproveitamento das palavras da língua do índio para fazer uma língua indígena sem índio" (2).

O título *Vamos para frente e as cores verde e amarelo* com a bandeira brasileira na capa servem também como indicadores de um enfoque contestável, do ponto de vista cultural, dado a um material de alfabetização indígena. As observações lingüísticas apresentadas no Prefácio nada acrescentam: fica-se sabendo que o acento agudo representa uma vogal prolongada com tom decrescente ou uma consoante prolongada sem tom decrescente. Já o acento circunflexo representa uma sílaba mais reforçada sendo a vogal da sílaba prolongada e pronunciada em tom decrescente.

Não pára aí o material do S.I.L. em seu esvaziamento e distorção do mundo indígena. Como resultado do I Seminário de Produção de Literatura Indígena realizado em 1974 publica um livro sobre a Transamazônica, redigido e desenhado por um índio Kayapó. O texto, em Kayapó com tradução para o português, bastante ilustrado com desenhos de helicóptero, trator, caminhões e um mapa, fala do que há por esses caminhos, como se anda de carro para chegar em outra cidade por terra, como cada colono recebe um lote para fazer suas plantações e casa e termina do seguinte modo:

"Porque foi construída esta estrada? Eles a construíram conforme a ordem do Grande Chefe que é o Presidente da República. Conforme a ordem deste Grande Chefe, eles a construíram para levar o progresso do todo (*sic*) o país. O povo fez a estrada conforme a palavra dele." (p. 14).

O S.I.L. deixara de ser uma instituição lingüística ou missionária e se tornou o porta-voz de uma política governamental não-unívoca.

Vale a pena detormo-nos na análise das suas estratégias e trajetória para entendermos como passou a exercer tal tipo de ação.

*Pesquisadora-bolsista do CNPq.

O S.I.L. e sua multiplicidade

A face com que o S.I.L. se apresentava nos meios acadêmicos quando de seu estabelecimento no Brasil era a de linguistas. Mas todos sabiam, e seus integrantes e dirigentes não o ocultavam — que sua base financeira provinha da Wycliffe Bible Translators — entidade que se destina a promover trabalhos em grupos não-alfabetizados com o objetivo de prover-lhes programas educativos e a tradução do Novo Testamento.

Essa sua face, porém, não foi muito enfatizada e era relativamente tolerada pelos que mantinham relações profissionais com o S.I.L.

Uma análise dos objetivos do S.I.L. contidos no artigo terceiro do Capítulo Primeiro de seus Estatutos mostra que essa dualidade não está claramente expressa. De acordo com aquele artigo o S.I.L. destina-se a:

“Realizar estudos comparativos e descritivos de línguas indígenas e reduzi-las à forma escrita; traduzir para essas línguas livros de valor moral e cívico *assim como porções da Bíblia*; promover o interesse pela ciência lingüística e para estudos de investigação científica de outros aspectos da vida das tribos indígenas; editar livros, revistas ou outro tipo de publicação que se relacione com os fins da sociedade; desenvolver um programa de educação e assistência social, em cooperação com instituições governamentais ou científicas com o propósito de proporcionar ao indígena melhores condições de vida, tudo sem fins lucrativos” (os grifos são meus, YFL).

Em pé de igualdade, unidos por conjunções coordenativas e a ordem de apresentação indicando uma seqüência temporal, pois se pode desenvolver um sistema de escrita para uma língua ágrafa após descrevê-la, estão, ao que parece por sua posição introdutória no parágrafo, os propósitos primeiros do S.I.L.: comparar para descrever para reduzir à escrita. Cumpr assinalar aqui que do ponto de vista lingüístico a comparação vir antes da descrição é um tanto incomum, pois em geral se descreve primeiro para depois comparar.

Deixando de lado as diversas possibilidades de interpretação do termo *reduzir* que vão desde “tornar menor”, “restringir”, “simplificar” a “exprimir em unidades diferentes”, “transformar”, “converter” etc. (3) cuja polissemia só poderia ser desambiguada pelo exame da filosofia e prática educacional do S.I.L. e da concepção de língua escrita daí decorrente — o que não intentaremos fazer neste artigo — fica bem claro que os membros do S.I.L. não se propõem a fazer lingüística no sentido acadêmico e tradicional do termo. O que pretendem é desenvolver técnicas para a passagem de uma língua oral para um sistema ortográfico.

O segundo aspecto — o de tradutores — não é um seguimento natural do primeiro objetivo e a Bíblia vem em segundo plano como exemplo de um tipo de texto

de valor moral e cívico que podem traduzir. O terceiro subitem — promover o interesse pela ciência lingüística — juntamente com o seguinte que trata das publicações mostram, por sua posição no texto, a diferença entre os propósitos de uma instituição nitidamente acadêmica e o S.I.L. Nos estatutos de uma entidade acadêmica seriam esses os objetivos que mais frequentemente viriam em primeiro lugar para que maior ênfase lhes fosse dada. O último dos objetivos do S.I.L. torna mais vasto seu raio de atuação pois propõe “desenvolver um programa de educação e assistência social (...) com o propósito de proporcionar ao indígena melhores condições de vida”.

Assim os membros do S.I.L. são linguistas delimitados, tradutores de textos de valor moral e cívico, e proponentes de um sistema educacional.

O uso de expressões vagas como *tipos de publicações que se relacionam com os fins da entidade*, não estando bem definidos quais são esses fins, obras de *valor moral e cívico* ao que se segue só a Bíblia como exemplo, propósito de *proporcionar ao indígena melhores condições de vida* sem dizer como conceber essas condições, torna bastante espinhosa a tarefa de comprovar, por ser sua atuação tortuosa e ambivalente, os efetivos propósitos do S.I.L.

O mais que se pode dizer após a leitura deste artigo de seu Estatuto é que o S.I.L. se assentou em areias movediças e que a imprecisão com que formula seus objetivos aliada a uma falta de conexão direta entre eles, dá margens mais a perguntas do que a uma definição exata dos fins da entidade.

É curioso que diante de tamanha complexidade de atuação, quando se trata de avaliar seus resultados se passe a palavra aos linguistas. Ninguém se lembra de pedir a um pastor protestante a sua opinião sobre o trabalho do S.I.L., nem que um teólogo dê seu parecer sobre os textos bíblicos traduzidos. Historicamente é compreensível que assim se proceda pois foi a imagem de linguistas que seus membros mais procuraram projetar.

No entanto, a mola propulsora do S.I.L. é lingüística só em sua fachada. Parece-nos que será mais revelador analisar sua trajetória para depreender os contextos em que agem e como se utilizam de sua multiplicidade para alcançar o objetivo aparente de difundir a Bíblia. Por certo não reside na metodologia ou no modelo lingüístico empregados a explicação

das diferentes reações que desencadeiam nos países em que atuam. Essas reações vão desde o extremo, na Colômbia, do seqüestro e morte de um membro do S.I.L. por um grupo de guerrilheiros sob a alegação de que “as atividades do instituto são contrárias à soberania nacional e afetam a cultura e patrimônio das comunidades indígenas” (Jornal do Brasil, 24/01/1981, p. 12) até a concessão pela UNESCO do Prêmio da Associação Internacional para a Leitura pela eficácia de seu programa na Papua Guiné. No meio desses dois pontos estão a suspensão, pelo que tudo indica, temporária, para a realização de trabalho de campo no Brasil — embora, como se viu, tanto fizessem para satisfazer algumas facções do mundo governamental — e as sucessivas proibições e readmissões no Peru.

Começemos pelo exame de sua trajetória no Brasil.

A Escalada do S.I.L.

O Summer Institute of Linguistics passou a atuar oficialmente no Brasil em 1959, embora várias gestões já houvessem sido feitas anteriormente. Instalou-se como entidade que dava ênfase ao lado acadêmico, através de um convênio com o Museu Nacional. Este convênio limitava a ação do S.I.L. à atividade de pesquisa. Fica clara essa restrição no artigo treze do Acordo firmado entre as duas Instituições pelo qual os membros do S.I.L. se comprometem “a acatar as leis do País, atendendo às sugestões dos funcionários do Museu Nacional, com quem estiverem colaborando, no sentido de ficar a salvo a tradicional reputação do Museu Nacional como órgão de exclusivo objetivo científico” (o grifo é meu, YFL).

Os membros do S.I.L. de acordo com esse Termo trabalhavam em conjunção com um pesquisador do Museu Nacional e este o credenciava junto ao então S.P.I. para a obtenção de licença para trabalho de campo. Seus pesquisadores tinham sala no Setor de Lingüística e alguns de seus trabalhos foram publicados nas séries do Museu Nacional. Foi, sem dúvida, um período de intensa atividade universitária para o S.I.L. Seus membros compareciam diariamente ao Museu Nacional, participavam da organização de fichários e arquivos, davam cursos de treinamento para trabalho de campo em lingüística para os membros do Departamento de Antropologia, apresentavam Comunicações nas reuniões da Associação Brasileira de Antropologia, faziam conferências e seminários sobre o andamento de suas pesquisas. Mantinham um diálogo permanente e acesso com o Encarregado do Setor de Lingüística, Dr. J. Mattoso Camara Jr., e com antropólogos como Roberto Cardoso de Oliveira, Luiz de Castro Faria, Roberto Da Matta, Roque Laraia entre outros. Sua sede era no Rio de Janeiro e sua equipe era bem reduzida.

Foi nessa época que sua imagem de linguistas mais se projetou. Chegaram a colaborar com outras instituições de pesqui-

sa, como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, e, por solicitação de Darcy Ribeiro, participaram do Projeto de Pesquisas em Cidades Laboratórios, apresentando um levantamento lingüístico feito em Leopoldina, Minas Gerais (4).

A situação até 1965 do ensino da Lingüística era, no Brasil, bastante precária. A Lingüística era ensinada como disciplina isolada nos cursos de graduação das Faculdades de Letras e a parte indígena poderia, em alguns lugares, ser ministrada nos cursos de Ciências Sociais através da Cadeira de "Etnografia e Língua Tupi". Os únicos centros que se batiam pela formação de linguistas para trabalho de campo com línguas indígenas era a Universidade do Paraná, tendo à frente Mansur Guérios e Loureiro Fernandes. Estes muito incentivaram Aryon Dall'Igna Rodrigues a organizar um setor especializado naquela unidade.

A meta prevalescente a ser alcançada era a de registrar o maior número possível de línguas prestes a desaparecer. Almejava-se também lançar algumas luzes no desalentador domínio da classificação dessas línguas. A atuação do S.I.L. neste contexto foi das mais esperanças. Em seu artigo "Dez anos após a I Reunião Brasileira de Antropologia" (5) diz L. de Castro Faria: "(...) o que se fez em termos de programação de Martius até 1953, em noventa anos portanto, é muito menos do que foi feito no período de 1959-1963 pelo Summer Institute" (p. 28). Toca também Castro Faria no problema que o Summer posteriormente viria a enfrentar e receber críticas negativas: "Pouco importa, é claro, para a ciência lingüística e o estudo comparativo das línguas índias, a nacionalidade ou o credo dos autores. Mas é uma pena que só o imperativo evangélico de *conversão do gentio* continue ainda a sustentar toda essa obra, e que o cientista cético tenha que se abastecer inevitavelmente em *surrão alheio*" (p. 29).

Acreditava-se que por serem missionários os membros do S.I.L. poderiam desenvolver melhor trabalhos de campo, com longos anos de permanência no meio do desconforto, pois os movia a fé e lhes dava forças a recompensa espiritual. Por isso o lado missionário do Summer era tolerado e considerado até um componente inerente à realização desse tipo de levantamento empírico paradigmático da época. E efetivamente durante os primeiros anos os membros do S.I.L. trabalharam intensamente em Lingüística. Havia 27 equipes em campo: 9 estudando línguas do grupo Jê, 5 pesquisando línguas Karibe, 13 com línguas Tupi, 3 o grupo Aruák e das línguas não classificadas, 14 estavam sob investigação sistemática (6). Prazos foram estipulados para a entrega de relatórios e as gavetas dos arquivos do Museu Nacional enchem-se de material da mais variada natureza.

Em 1960 instala-se a Universidade de Brasília, tendo à frente do Departamento de Lingüística o Dr. Aryon Dall'Igna Ro-

drigues, especialista em línguas indígenas. Membros do S.I.L. são convidados para ministrarem aulas naquele centro que se inaugurava em bases inovadoras.

Ampliava-se assim o raio de ação acadêmica do S.I.L. e sua imagem de linguistas ganhava maior projeção. Os membros do S.I.L. que colaboraram na Universidade de Brasília e posteriormente no Programa de Pós-Graduação em Lingüística do Museu Nacional (1968-1972) deram aulas, orientaram teses hoje publicadas, deixaram marcas positivas naqueles que foram seus alunos, marcas essas que se traduziram em mudar o enfoque de se historiar as conquistas da lingüística, e ensinar a trabalhar com dados, organizá-los sistematicamente e basear a análise na combinação dos elementos examinados. Enfim divulgaram e fizeram com que tomasse corpo no Brasil uma das linhas do estruturalismo norte-americano.

Além de ampliar sua projeção acadêmica, o estabelecimento do S.I.L. em Brasília o faz ficar geograficamente mais próximo ao centro do poder. As atividades que vinham desenvolvendo no ambiente universitário brasileiro cada vez mais os distanciava das finalidades de sua fonte mantenedora: a Wycliffe Bible Translators que, como dissemos, é uma entidade que tem como fim propagar o Novo Testamento entre grupos não-alfabetizados.

Em 1964 estoura a crise da Universidade de Brasília e o Setor de Lingüística esvazia-se com a saída de quase todos seus professores. O S.I.L., porém, permanece e, aos poucos, contactos são intensificados com a FUNAI, de tal modo que conseguem firmar seu primeiro convênio com aquela Fundação em 1969 e renová-lo em 1973.

Nesse novo Acordo toda a dualidade que transparece nos Estatutos se resolve. Enquanto no Museu Nacional e na Universidade de Brasília suas atividades se restringiam a descrever e classificar línguas indígenas, a dar aulas e orientar dissertações de mestrados, sempre sob a égide de linguistas nacionais de boa formação, na FUNAI, onde inexistem especialistas em ciência da linguagem, não precisaram mais enfatizar o lado acadêmico. Passaram a apresentar com mais tranquilidade sua veste de missionários. Para isso é preciso que venha à tona primeiro sua face de alfabetizadores.

Assim reza a Cláusula Terceira do Acordo firmado com a FUNAI:

"A ação do Instituto no campo da alfabetização, compreenderá:

- a) preparação de cartilhas em idiomas indígenas.
- b) elaboração de cartilhas bilíngües (língua indígena - português) visando ao aprendizado do idioma nacional.
- c) preparação de livros de leitura, registros de literatura oral e tradução de textos bíblicos e outros de alto valor cívico e moral para os idiomas indígenas."

A formulação desse texto deixa bem explícita a função de educadores e de missionários. A Bíblia não é mais apenas um exemplo de livro de valor moral e passa a ser um texto traduzível em mesmo pé de igualdade com os textos de literatura oral tribal.

Atingida essa etapa em sua escalada e assinado o convênio com a FUNAI que lhes dá muito maior autonomia do que o do Museu Nacional e o da Universidade de Brasília, o S.I.L. começa a se distanciar do mundo universitário. Fecha seu escritório no Rio de Janeiro e paulatinamente seus linguistas mais qualificados vão sendo transferidos para outros Países. Agora sua fase pedagógica e religiosa pôde se expandir e o lado acadêmico não lhe tem mais utilidade. Durante uma época do Convênio com a FUNAI o Summer teve um bom raio de ação: um de seus membros tinha assento no Conselho Indigenista, seus dirigentes e técnicos traçaram os rumos da educação bilíngüe, formaram monitores indígenas, comandaram de certo modo o programa assistencial às populações indígenas brasileiras.

Encastelados em seu domínio governamental em Brasília, não perceberam que os rumos que a antropologia brasileira traçava para o trato da questão indígena já eram bem diferentes dos preconizados nos idos de 50-60. Também não se deram conta que a situação da Lingüística mudara: aos poucos estudiosos dos anos 60 juntara-se uma considerável força oriunda de doutores e mestres, formados no País e em universidades estrangeiras, com orientações variadas, e conscientes da necessidade de sua participação no encaminhamento de questões do desenvolvimento e prática lingüísticas.

A produção lingüística do S.I.L.

A crítica que mais incide sobre o S.I.L. é a da paucidade de publicações sobre os grupos com que conviveram. De fato se estabelecermos uma proporção entre as condições de que gozam seus membros para a realização de suas pesquisas, os anos durante os quais os grupos vêm sendo estudados e o número de publicações ou trabalhos arquivados existentes, o resultado será desfavorável ao S.I.L. Por exemplo o Karajá contava com equipes de trabalho há 19 anos e a proporção dos resultados apresentados pode ser taxada de insuficiente: tem-se arquivados o formulário padrão e um estudo dos fonemas da língua e publicado um trabalho sobre as

diferenças na fala dos homens e das mulheres é um pequeno estudo preliminar em forma transformacional de gramática. Infere-se, porém, nesse caso que o material lingüístico de que dispunham deveria ser muito extenso, pois estava em andamento um programa de educação e de formação de monitores bilíngües, assessorado e orientado pelo S.I.L. Para tal é necessário por parte da equipe alienígena um conhecimento profundo da língua indígena. E podemos atestar pessoalmente que neste caso o domínio da língua por parte dos pesquisadores é excelente, domínio esse reconhecido pelos próprios Karajá. Para outros grupos, no entanto, como os Mudurukú, Nambikuára, Maimandé, Kaingáng, para citar os mais patentes, o material é bastante volumoso e de real valor como descrição lingüística.

Poder-se-ia fazer uma análise em termos de quantidade para se estabelecer o índice exato da produtividade do S.I.L. Por exemplo, em 1977 havia 106 trabalhos publicados, 405 arquivados e 61 no prelo (7). Fazer um cálculo baseado nesses números seria enganoso; entre os títulos dos trabalhos publicados, sempre haverá alguns que foram contados anteriormente como documentação arquivada e para os trabalhos constantes como no prelo, já que não dispomos de todas as informações sobre o S.I.L., é difícil seguir a trilha. Não seria de se estranhar que alguns desses trabalhos não tenham sido ainda publicados, pois, como sabemos, o tempo para a publicação de uma proposta revista ou coletânea independe da vontade do pesquisador.

Outra abordagem seria a de examinar a constância de publicações por ano: assim em 1973 tem-se 40 trabalhos arquivados e publicados; em 1975 a produção decai para 28 e em 1977 aumenta para 123. Tal curva a nosso ver nada tem de anormal, pois é de se esperar que um grupo tão numeroso como o S.I.L., envolvido nas mais diferentes atividades, não mantenha um ritmo constante e ascendente de publicações. Se a parte educacional se tornar prioritária na programação de um determinado ano, naturalmente decairá o número de análises descritivas e aumentará o de material didático. Para melhor se entender essa questão de quantidade é necessário também atentar-se para o fato de que o S.I.L. não recruta seus grupos por critérios de competência lingüística: basta ser protestante de qualquer seita e ter feito um curso intensivo para aprendizagem e treinamento em técnicas de registro de línguas ágrafas. Nem mesmo se poderia esperar que uma Instituição que se propõe estudar simultaneamente 44 grupos indígenas, com equipes de 2 pessoas em cada grupo, possa ter em seus quadros apenas lingüistas com ideais e valores essencialmente acadêmicos. A grande maioria dos membros do S.I.L. é movida pela fé; são de fato coletores de dados com poucos recursos teóricos para uma interpretação mais elaborada de seu material.

Os dados são em geral analisados com o auxílio de lingüistas de melhor formação em "workshops" sistematicamente organizados. É fácil de se compreender assim a falta de interesse dessas pessoas em publicar com regularidade os resultados de suas pesquisas nos moldes aceitos pela comunidade científica.

Tal mecânica se reflete na qualidade das análises propostas pois para analisar bem é preciso ter bons dados e para se ter bons dados é preciso uma boa formação teórica para saber que perguntas se responder. Para os membros do S.I.L. a proposta básica parece ser a evangelização e aí não entra em consideração a teoria e o modelo de descrição lingüísticos.

Também não nos parece lícito no estado atual da arte em lingüística afirmar-se a superioridade de uma teoria ou a maior viabilidade de um dado modelo. Cumpramos assinalar que durante algum tempo prevalecia nos trabalhos do S.I.L. o modelo tagmêmico, o que foi alvo de críticas desfavoráveis por parte de alguns estudiosos. Mais tarde começaram a surgir alguns trabalhos em que era aplicado o modelo transformacional. Porém esta mudança não deve significar uma melhor explicação nas análises: tanto num quanto noutro caso o que se encontra é a aplicação de uma técnica para apresentação organizada de dados. Não se consegue ver em que as árvores da gramática transformacional são mais esclarecedoras do que as fórmulas tagmêmicas. Pelo menos para aqueles que estudam línguas Tupi, o manuseio constante desse material, qualquer que seja o modelo adotado, mostra que a velha e atacada *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil* é bem mais iluminadora dos fatos da língua: nela se encontram informações das mais simples às mais complexas, com exemplos abundantes, exemplos e informações essas que permitem usos múltiplos, e que se escondem ou inexistem nas apresentações, impressionantes à primeira vista, das atualmente mais formalizadas.

Dentro deste quadro negativo, justiça deve ser feita a vários trabalhos de membros do S.I.L., como "Fragmentos Ofayé" de Sarah Gudschinsky em que se fixa através de um remanescente o que restava de uma língua em vias de extinção, o "Comparative Jê Phonology", de autoria de Irvine Davis, em que se tenta pela primeira vez usando-se rigorosamente a técnica histórico-comparativa estabelecer o tronco Macro-Jê, a filiação ao filo Karibe do Rikbakatsá por Joan Boswood e o arti-

go "Native Reactions and Phonetic Similarity in Maxakali Phonology" de Sarah Gudschinsky e Harold e Frances Popovich com informações importantes para uma revisão da teoria fonológica. É lógico que um exame mais pormenorizado poderia levar a ampliar-se a lista, porém serão sempre casos isolados, de alguns pesquisadores, o que não serve para credenciar a instituição como um todo.

O que mais se ressentiu na produção do S.I.L. não é nem a quantidade, nem a qualidade, nem o modelo e forma de apresentação, e sim a falta de uma visão de conjunto da língua estudada: os trabalhos abordam aleatoriamente aspectos cuja relevância não fica patente de imediato. Assim tem-se ora uma descrição sobre o verbo em Terêna, ora notas sobre os substantivos em Kayabí, uma fonêmica Xerênte e uma descrição de aspectos do Xavante. Inexiste o material que os estudiosos de línguas em geral e antropólogos tanto almejam: uma gramática com terminologia descritiva acessível e dicionários.

Mais uma vez evidenciase aqui a trajetória seguida pelo S.I.L. Nos idos de 60, quando o S.I.L. mantinha uma maior fachada lingüística, havia um plano de desenvolvimento dos trabalhos com prazos fixos para a realização de cada etapa (8). Ao descobrir sua face de alfabetizadores e se tornar mais explícita sua condição de missionários essa gradual e sistemática apresentação de análises lingüísticas é posta de lado e maior ênfase é naturalmente dada à confecção de cartilhas e à tradução de textos bíblicos.

A princípio fazia-se a escolha dos grupos a serem estudados com maior profundidade após a realização de "surveys" e havia um aparente equilíbrio entre os representantes de cada família a serem estudados de modo a formar o terreno sobre o qual se assentassem as projetadas comparações histórico-genéticas. De 1963 a 1977 ampliou-se bastante o número de programas em andamento — de 27 passaram a 44. E é bem difícil detectar os critérios seguidos para a continuação dos trabalhos num grupo ou o início de um novo programa em outro. Mas alguns indícios nos levam a crer que esses critérios não são essencialmente lingüísticos. Seguindo o tempo estabelecido pelo próprio S.I.L. para o desenvolvimento de cada etapa de descrição lingüística (9) o estudo das línguas Apinayé, Xavante, Kaingáng, Terêna e Paresí estaria se aproximando do fim em 1963. Tal previsão é feita por L. de Castro Faria (10) que se baseia em informações dadas pelos assessores do S.I.L., assíduos frequentadores do Museu Nacional na época. No entanto somente o programa Kaingáng é considerado como encerrado em 1977.

Algumas indagações reforçam essa suspeita. Porque motivo escolher no P.I. do Xingu o Kamayurá e o Waurá em detrimento do Awetí e Trumái? Estes últimos dois grupos, com reduzido número de falantes, dentro do paradigma "resgatar-se

o que é possível antes que desapareça", deveriam ter a prioridade de pesquisa. Não estará a razão em serem os Kamayurá os mais prestigiados pela nossa sociedade e os Waurá os que gozam de indubitável prestígio na sociedade xinguana? Alcançar esses dois grupos com a Bíblia seria percorrer três quartos do caminho no Xingu. E porque o Fulniô não foi alvo de atenção maior por parte do S.I.L.? Não deve ser pelo fato de sua língua ter menor interesse do que o Oyampí, por exemplo, no qual a pesquisa começa em 1973 e que pertence indubitavelmente a tão conhecida família Tupí-Guaraní. Não será porque o sistema de crenças Fulniô e sua identidade étnica são ainda bastante fortes e o grupo refratário à aceitação de novos mitos?

Nesse terreno só podemos responder a perguntas com outras perguntas. Nada está muito claro e definido, mas parece que o S.I.L. tende a escolher grupos em que se justifique o investimento da tradução a escolher grupos em que se justifique o investimento da tradução da Bíblia, isto é, grupos que tenham um número de falantes razoável (11), que estejam por sua situação de contacto mais frágeis em sua auto-identidade e por isso mais propensos para seguir novas idéias, ou grupos que gozem de um prestígio na área de modo a facilitar a penetração em outros grupos. Em alguns casos, como os Terêna e Xavante, o tempo elevado de permanência do S.I.L. na área (20 anos nos Terêna e 19 nos Xavante) parece servir de reforço a outras missões protestantes cujo proselitismo pode estar ameaçado por uma ação católica. Quando a missão católica é real-

mente dominadora — como o caso Tapirapé — a língua do grupo não passa a ser de interesse para o S.I.L. Parece estar em jogo uma medição de forças de cunho político-religioso pela conquista de um mercado, suposição essa que seria importante examinar melhor. Esse exame, no entanto, só poderá ser feito *in loco* com a investigação de cada situação específica (12).

Convém não esquecer o que disse Castro Faria no trabalho citado: para o lingüista inexistem credos. Pouco decorre em termos de descrição se a mão que escreve é católica, protestante ou atéia. Para um lingüista, desde que se possa depreender a estrutura da língua, tanto vale um texto bíblico quanto outra coletânea de mitos.

Seria, sem dúvida, de grande interesse para um semanticista ter em mãos uma tradução da Bíblia para saber que torneios são necessários para que se expresse em Tapirapé, por exemplo, a ubiqüidade contida na frase "Jesus está entre nós", uma vez que nessa língua a expressão *estar em* exige a especificação da posição do corpo do sujeito (de pé, sentado, deitado etc.) e sua relação com o ouvinte (atrás, em frente, do lado etc.). Como se traduzir o difusô no espaço, numa língua em que esse espaço precisa ser determina-

do e exato?

Em virtude, porém, da natureza fragmentária do material descritivo, para não se falar na quase total inexistência de estudos semânticos, torna-se quase impossível a utilização desse material a não ser que o lingüista seja também um decifrador de códigos.

Restaria ainda a questão de se saber como a Bíblia estava sendo transposta para povos com cosmovisões tão diversas do mundo que a engendrou primitivamente e como estariam sendo esses textos entendidos e interpretados por essas populações. Tais indagações fogem aos nossos propósitos e deixamos a palavra aos teólogos e antropólogos.

Assim não será pelo caminho da análise dos trabalhos lingüísticos do S.I.L., de sua qualidade ou quantidade, nem mesmo dos modelos adotados, que nos levará ao entendimento menos superficial de sua ação. A Lingüística entra nesse quadro apenas como um meio para se alcançar determinado fim. E somente o exame de suas estratégias e do conteúdo de seu material didático — do qual demos uma pequena amostra no início deste artigo — fornecerá os subsídios para a inserção do S.I.L. em determinados contextos políticos e, conseqüentemente, permitirá uma melhor visão de sua ação: jogando ora com o papel de lingüista, ora com o de missionário, principalmente com o de educador, torna-se em essência o agente e propulsor de uma política integracionista e mediadores de uma oscilante política governamental, sem se importar com as indagações e debates que persistem, fora do mundo oficial, sobre a questão indígena.

NOTAS

1. Em 1977 é a seguinte a relação dos programas em desenvolvimento: Tronco Tupí-Família Tupí-Guaraní: Asuriní, Guajajara, Guaraní, Kayoá, Kamayurá, Karipúna (historicamente Tupi, hoje uma língua crioula), Júma, Kayabí, Oyampí, Parintintin, Sataré, Urubú; Família Mundurukú; Família Mondé: Cinta Larga e Suruf do Jiparaná; Família Arikém: Karitiana, Tronco Jê — Família Jê — Apinayé, Canela, Kaingáng, Kayapó, Xavante; Família Borôro: Borôro; Família Karajá: Karajá; Família Maxakali: Maxakali.
Tronco Aruák — Família Aruák: Apurinã, Paresí Terena, Waurá, Palikur; Família Arawá: Dení, Jamamadí, Paumarí; Famílias não classificadas em troncos — Família Guaikurú: Kadwéu; Família Nambikuára: Nambikuára e Mamaindé; Família Makú: Makú Hupda, Makú Nadep e Makú Yahúp, Família Karíbe — Atroaf, Bakairí, Hixkariána, Rikbaktzá; Família Núra: Múra-Pirahã.
Embora todos esses grupos constem da lista do relatório de 1977, a autorização para trabalho de campo fora suspensa entre os Waurá e Kamayurá em 1974 e entre os Oyampí em início de 1977.

2. Comunicação intitulada "É indígena a

- Língua de Alfabetização indígena?" apresentada na XXX Reunião Anual da SBPC (1978) no Debate *Política Lingüística e de Educação Indigenista*.
3. cf. Aurélio Buarque de Holanda — *Novo Dicionário*, 1ª ed. 6ª impressão, Editora Nova Fronteira, s. d., Rio de Janeiro, pag. 1202.
4. In *Educação e Ciências Sociais*, ano II, vol. IX, dezembro de 1968, Rio de Janeiro
5. In *Revista do Museu Paulista*, nº XIX: 17-37, São Paulo, 1963.
6. Os grupos estudados em 1963 eram: Apalaí, Apinayé, Rikbaktzá, Asuriní, Bakairí, Guajajara, Guaraní, Hixkariána, Kaingáng Hayoá, Karajá, Maxakali, Mundurukú, Múra-Pirahã, Nambikuára, Parintintin, Paresí, Sataré (Mawé), Urubú, Xavante.
Nesse ano foram iniciados os estudos do Apurinã, Jamamadí e Mamaindé. O estudo do Fulniô foi interrompido primeiro temporária e depois definitivamente.
7. O número de trabalhos é o apresentado pelo S.I.L. em seu relatório de 1977.
8. Cf. "Plano para Pesquisa Lingüística nas Línguas Indígenas Brasileiras". *O Setor de Lingüística do Museu Nacional: Organização e Objetivo*. Publicações Avulsas do Museu Nacional nº 49, Rio de Janeiro, 1965, pp. 11-16.

9. Segundo o "Plano para Pesquisa Lingüística nas Línguas Indígenas Brasileiras", cinco etapas estavam previstas para o desenvolvimento de uma pesquisa, cada etapa com a duração aproximada de seis meses.

10. cf. "Dez Anos após a I Reunião Brasileira de Antropologia". *Revista do Museu Paulista*, nº. XIV: 28-29, São Paulo, 1963.

11. Treze dos quarenta grupos estudados pelo S.I.L. tem população de 1.000 a mais indivíduos e entre esses treze há grupos com 7.000 índios. Dez dos grupos têm população entre 500 e 1.000 e apenas três dos grupos estudados têm população inferior a 100 pessoas.

12. Roberto Cardoso de Oliveira em *O Processo de Assimilação dos Terena* (Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1960: 71-110) analisa as divisões e conjunções com o S.P.I. nos grupos Terena entre as facções protestantes e católicas. Entre os Xavantes atuam em caráter permanente a Missão Salesiana de Mato Grosso e a Missão Evangélica da Missão Missionária para a América do Sul. É interessante observar que há dois sistemas ortográficos propostos — um dos padres católicos e outro dos missionários protestantes.

Minha resposta imediata à questão é que sou contra a volta do Summer Institute of Linguistic (SIL) aos grupos indígenas nas condições atuais da política indigenista. Sou, de fato, oposto à catequese, em qualquer condição, por missionários religiosos. Mas a minha resposta em relação ao SIL não parte de minha opinião geral sobre catequese; envolve outras considerações, especialmente a atual política indigenista da FUNAI. Várias mudanças nesta política precisariam ser feitas para que se pudesse repensar a respeito do retorno dos lingüistas do SIL, numa escala reduzida, às áreas indígenas.

Para avaliar as implicações de uma volta dos lingüistas missionários do SIL em 1981 deve-se considerar pelo menos três aspectos: os efeitos positivos aos índios da presença dos missionários do SIL, a utilidade das análises lingüísticas e da educação bilíngüe desenvolvidas pelos lingüistas e as implicações políticas do retorno de uns 80 missionários ao campo, na administração atual da FUNAI. Não posso falar sobre as acusações levantadas de envolvimento do SIL com a CIA e com companhias de mineração. Não tenho dados seguros e são acusações fáceis de serem feitas contra pessoas que permanecem muito tempo junto aos grupos indígenas.

No meu entender, o SIL é a parte lingüística do Wycliffe Bible Institute. O objetivo principal desta missão é de aprender a gramática e o léxico das línguas indígenas o suficiente para poder traduzir a Bíblia para elas. Uma vez traduzida, a "verdade" da Bíblia é revelada sem catequese. A atividade dos lingüistas é acompanhada por um tipo de influência sobre as atitudes indígenas que é sutil e indireta, mas que envolve pouca modificação da sociedade para facilitar a catequese. Este objetivo requer muito tempo no campo aprendendo a língua, e a possibilidade de voltar com as Bíblias traduzidas. As equipes geralmente permanecem no campo média 4 a 6 meses por ano, durante muitos anos. A maioria dos missionários são lingüistas, e vivem em conjuntos residenciais isolados, em várias cidades brasileiras, participando pouco da vida acadêmica ou política brasileira.

Estes objetivos e os métodos de realizá-los acarretam várias implicações concretas:

1. *Prática.* A presença dos missionários (geralmente um ou dois) do SIL em aldeias indígenas pode trazer benefícios aos grupos ao nível local. Varia de acordo com as pessoas envolvidas, mas os índios geralmente falam bem dos missionários do SIL, que aplicam vacinas e remédios, trazem coisas que os índios querem das cidades, e pela sua presença agem como mediadores das relações frequentemente muito difíceis entre os índios e os membros da sociedade envolvente da região. Para citar a terminologia de Roberto Da Matta (1976), os lingüistas do SIL representam mais um agente entre muitos que os índios podem manipular para asse-

DEVE O SUMMER OPERAR NO BRASIL?

ANTHONY SEEGER
Antropologia
Museu Nacional

gurar sua sobrevivência. Quanto maior o número destes agentes, ele sugere, melhor para os índios. A situação é pior para uma sociedade indígena (e provavelmente para qualquer sociedade) quando existe somente uma agência autoritária controlando todos os aspectos de suas vidas. Em relação aos outros missionários atualmente trabalhando em áreas indígenas, os missionários do SIL interferem pouco, de uma maneira direta, na vida civil e religiosa dos grupos.

2. *O Trabalho Lingüístico do SIL.* O trabalho lingüístico do SIL é orientado fundamentalmente visando o objetivo principal, que é o da tradução. Enfatiza assim fonética e gramática, mas não há muitas tentativas de desenvolver uma teoria da linguagem, uma ciência de lingüística. Os trabalhos do SIL são difíceis de serem utilizados para outros fins que não o da tradução. Há, também, uma desproporção entre o tempo passado no campo pelos lingüistas e a sua produção lingüística. O Departamento de Antropologia do Museu Nacional resolveu recentemente terminar o convênio com o SIL firmado em 1958, ano em que este Instituto entrou no país, após um exame dos resultados do convênio.

Na década de 1970, o SIL dedicou-se cada vez mais a elaborar materiais para uma educação indígena (cartilhas e vocabulários). Os laços do SIL com a FUNAI firmaram-se, e uma das justificativas de sua presença em área indígena era a de desenvolver cartilhas para educação bilíngüe. (Antes desta época as finalidades eram mais estritamente de lingüística descritiva). Um trabalho de educação bilíngüe exige bem mais do que uma fonética

bem feita. Existe sempre, embora que frequentemente oculta, uma filosofia de educação; especialmente quando se trata de grupos minoritários. A educação destes grupos deve tratar das suas relações com a sociedade envolvente, do seu passado e das opções possíveis para o seu futuro. Deveria haver uma relatividade dos conceitos de "escola" e "professor". Neste sentido, as cartilhas do SIL, se revelam mais do que fracas: são porta-voz da política indigenista oficial da FUNAI — que não reflete sempre a ideologia do grupo ou os seus melhores interesses.

3. *O Momento Atual.* A volta do SIL ao campo em 1981 traz a ameaça de que a FUNAI possa usá-lo para dirigir a sua educação indígena (que está atualmente quase paralizada). Isto é algo para o qual eles não estão preparados. A dependência do SIL à FUNAI para acesso às áreas indígenas por longo prazo para realizar seu trabalho missionário torna esta instituição religiosa muito sensível às pressões da FUNAI. Esta dependência aumenta com a nova lei de estrangeiros. É difícil imaginar um questionamento ou crítica por parte do SIL às instruções dos dirigentes de um órgão que poderia negar a continuidade do seu trabalho e tirá-los do país. A volta do SIL ao campo poderia significar, assim, mais um caso do uso pela FUNAI de pessoas não qualificadas, mas dependentes, para desempenhar a sua política indigenista.

Se a política indígena mudasse radicalmente, e as terras indígenas fossem demarcadas adequadamente e garantidas com alguma segurança, se uma assistência médica fosse consistente, e se as comunidades indígenas fossem encorajadas a exercer uma autodeterminação nos assuntos relativos a sua interação com a sociedade envolvente, o retorno do SIL poderia ser considerado nos seus méritos de assistência e na qualidade dos integrantes das equipes. Não me oporia a presença dos missionários do SIL, o tanto quanto me oponho às atividades de outros grupos missionários que atacam violentamente a integridade social e cosmológica dos grupos indígenas. Se houvesse modificação na política indigenista da FUNAI, este debate seria sobre o trabalho missionário junto aos grupos não cristãos em geral. Mas este não é o debate de 1981. Hoje é uma questão de evitar que uma grande organização missionária seja com efeito contratada para fazer um trabalho que já se demonstrou muito criticável e que traz resultados prejudiciais aos grupos indígenas, ao fortalecimento da sociedade civil e ao debate aberto da política indigenista brasileira.

BIBLIOGRAFIA:

- DA MATTA, Roberto — 1976 "Quanto Custa ser Índio no Brasil? Considerações sobre o Problema da Identidade Étnica". *DADOS*, nº 13, p. 33-54.
MOORE, Thomas R. — 1979 — "SIL and a 'New-Found Tribe': The Amaraakari Experience". *Dialectical Anthropology* 4 (1979) p. 113-125.

DEVE O SUMMER PERMANECER NO BRASIL?

Roberto Cardoso de Oliveira
Antropólogo
Universidade de Brasília

do SIL a retirada da área indígena do linguísta envolvido com a catequese, portanto num flagrante desrespeito às cláusulas do Convênio. Também durante esse período o SIL cumpriu integralmente sua obrigação de fornecer ao Museu Nacional e, posteriormente, com a criação da Universidade de Brasília, a esta universidade, os resultados de suas investigações linguísticas, alimentado, assim, no Museu e na UnB, um arquivo vivo das línguas indígenas do Brasil. Paralelamente seus linguístas mais qualificados colaboravam em cursos numa e noutra instituição.

Com a criação da Fundação Nacional do Índio e valendo-se das dificuldades que a FUNAI tinha em introduzir a nível nacional um ensino bilíngüe, o SIL insinuou-se de modo a estabelecer com aquele órgão do Governo um convênio que iria lhe facultar a ação direta junto das populações indígenas no campo da educação — objetivo que, finalmente, logrou conseguir. Cabe assinalar que o então Conselho Diretor da FUNAI resistiu o quanto pôde para impedir a transferência da política educacional do Estado para as mãos de um órgão particular e estrangeiro; tal resistência, considerada intolerável pelo então presidente da FUNAI, Queiroz Campos, resultaria na transformação desse Conse-

A atuação do Summer Institute of Linguistics no Brasil não pode, hoje em dia, ser examinada sem que se leve em conta a história do seu desempenho entre nós e na América Latina de um modo geral. O SIL, que entrou no Brasil em meados dos anos 50, recebeu inicialmente o apoio da comunidade científica uma vez que dele se esperava uma contribuição decisiva à implantação da moderna pesquisa das línguas indígenas no País a par de sua colaboração na formação de linguístas nacionais. Melhor do que nós, os linguístas poderão dizer se tal objetivo foi cumprido. Independentemente disso, porém, verificou-se que o SIL procurava insistentemente associar à sua atividade de pesquisa em linguística uma ação no campo educacional, envolvendo para tanto a partir de 1968 a FUNAI, recém-criada. Cabe registrar que tal interesse sempre foi manifestado pelo SIL, mesmo ao tempo das negociações preliminares — ou sondagens — ocorridas ainda em La Paz, Bolívia, durante o III Congresso Indigenista Interamericano, realizado em 1954: naquela oportunidade, o Dr. William Townsend, líder do SIL, tentou convencer o então Diretor do Serviço de Proteção aos Índios a firmar um convênio de cooperação nos mesmos termos que estava negociando com o Governo da Bolívia; a saber, atuar na pesquisa e na ação indigenista junto das populações "selváticas" da região do Beni. Taxativamente negou-se o Brasil a abrir mão de suas prerrogativas constitucionais de assumir integralmente a assistência ao índio, não admitindo delegar a instituições particulares, e, no caso, ainda, estrangeira, uma obrigação que era sua. Tal negativa, obrigou o SIL a procurar uma instituição científica nacional que, mediante convênio, pudesse patrocinar o seu trabalho entre nós. Coube ao Museu Nacional firmar com o SIL o necessário convênio. Era uma época em que se tentava implantar naquela instituição um setor de linguística, para cuja direção havia sido convidado o Professor Joaquim Mattoso Câmara Júnior, então docente da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Nesses meados dos anos 50 todos nós acreditávamos que o SIL, malgrado a natureza missionária de seus integrantes e a ideologia catequética da entidade, poderia ser orientado de modo a criar no Brasil uma tradição de trabalho na linguística descritiva (tagnêmica) dos idiomas tribais. Os Professores Darcy Ribeiro, então no Museu do Índio, e Luiz de Castro Faria, do Museu Nacional, foram praticamente os inspiradores desse convênio no que diz respeito à vinculação exclusiva dos linguístas do SIL a tarefas estritamente científicas.

Durante cerca de uma década o SIL ateve-se a essas atividades, se bem que procurasse em alguns casos de meu conhecimento ir além das atividades de pesquisa, quando alguns de seus membros desempenharam paralelamente funções missionárias. Nessas oportunidades o Museu Nacional era obrigado a solicitar da direção

lho, por ato do Ministro do Interior da época, Gen. Costa Cavalcante, em Conselho Consultivo, tirando-lhe assim qualquer poder de controle do órgão indigenista, como estabelecia a Lei nº 5.371 de 5/12/67 que criou a FUNAI. Embora não se possa dizer que não viesse ocorrer um dia independentemente do evento SIL a retirada do poder desse Conselho, cuja maior atribuição era dar a FUNAI uma direção colegiada, não resta dúvida que naquele momento isso pesou fortemente. Assim, alcançado seu objetivo, o SIL gradativamente passou a relaxar os compromissos assumidos nos convênios firmados com as entidades acadêmicas, deixando de enviar relatórios e de fornecer aos arquivos linguísticos os resultados de suas investigações.

De todos os fatos aqui narrados, salvo uma ou outra imprecisão, fomos testemunha, seja na qualidade de Assessor do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Sr. José Maria da Gama Malcher, durante o III Congresso Indigenista Interamericano em La Paz; seja como pesquisador e, posteriormente, Diretor da Divisão de Antropologia, do Museu Nacional; seja como membro do Conselho Diretor da Fundação Nacional do Índio em 1968-69, quando nele representava o CNPq. Estará o SIL interessado em se dedicar exclusivamente à pesquisa? ou, como demonstra sua não tão curta história no Brasil, continuará a tentar atuar na esfera educacional. E tal atuação se restringiria a práticas educacionais laicas não comprometidas com propósitos catequéticos? São interrogações que devem ser respondidas antes de se pensar sobre a conveniência ou não da presença do SIL no Brasil.

Quanto à sua atuação relativamente à pesquisa linguística, cabem se manifestar profissionais da linguística ou melhor ainda, a Associação Brasileira de Linguística que, quem sabe, se interessaria em criar uma comissão para efetivar uma minuciosa avaliação. Entretanto, uma eventual avaliação do SIL não pode estar restrita a aspectos técnicos e científicos; sua ação é também política e, como tal, deve ser ponderada dentro de um enfoque político, mesmo que restringamos tal enfoque à política indigenista.

Fora do Brasil, a questão do SIL tem sido examinada basicamente em termos políticos e de vários pontos de vista. No México, por exemplo, em decorrência de uma avaliação feita pelo Colégio de Etnólogos e Antropólogos Sociais daquele País, através de uma "Comisión Investigadora sobre el Instituto Lingüístico de Verano", o Congresso Mexicano decidiu recomendar ao Governo, o afastamento do SIL das atividades que cumpria no País sob a égide do Estado Mexicano (a revista *Proceso*, editada na Cidade do México, em seus números 149, 150 e 152 de 1979, relata amplamente o assunto, incluindo debates entre diferentes posicionamentos relativos ao SIL; também o referido Colégio publicou um volume a respeito). O Equador, por seu lado, por meio de um

documento elaborado pelo "Centro de Investigaciones y Estudios Socio Economicos" do Departamento de Antropologia da Pontificia Universidade Católica del Ecuador (PUCE), critica o SIL, concluindo que sua presença no país "é um sério obstáculo e um perigo permanente que atenta não só contra os interesses dos grupos indígenas, como também contra os próprios interesses do Estado". Finalmente, no último Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México (na Cida-

de de Mérida, em Yucatan), de 17 a 21 de novembro de 1980, por maioria absoluta (com apenas um ou dois votos contra e uma abstenção) o plenário do VIII Congresso aprovou uma recomendação de expulsão do SIL dos países membros do Instituto Indigenista Interamericano e fi-

liados a OEA. O Brasil, que por já ter denunciado o convênio que o SIL havia firmado com a FUNAI — conforme assinalou em sua declaração de voto o Presidente da Delegação Brasileira, Cel. Nobre da Veiga — limitou-se a se abster na votação mencionada, o que não deixa ao Governo brasileiro outra alternativa, por via de consequência, senão a de manter a posição assumida não admitindo o retorno do Summer Institute of Linguistics a suas anteriores atividades.

Um Histórico do Summer Institute of Linguistics

Suas Entradas e Saídas

Tradução de BRUNA FRANCHETTO

País	Ano de chegada	Como entrou	Grupos em que entrou até 1978	Pessoal em 1978	Situação recente
México	1935	Com base no trabalho para a Missão Centro-Americana em Guatemala, William Cameron Townsend foi convidado para ir ao México pelo indigenista presbiteriano Moises Saenz. O primeiro campo Wycliffe, patrocinado pela Agência Missionária Pioneira, foi estabelecido em 1934. Townsend conseguiu o apoio do Presidente Lazaro Cardenas e o SIL foi incorporado em 1936. A WBT foi incorporada em 1942. (90).	106	372	O Patronato recente inclui o Presidente Lopez Portillo. O Contrato com o Departamento de Educação Pública acaba em 1990.
Peru	1945	O SIL foi incorporado para o Peru pelo governo Prado, assinando um contrato com o Ministério da Educação Pública. A Aviação de Selva e o Serviço de Rádio (JAARS) começaram aqui em 1948. O primeiro sistema de escolas bilíngües do SIL foi inaugurado pelo governo Odria em 1953, durante uma "corrida do petróleo". A base encontra-se em Yarinacocha, perto de Pucallpa.	43	234	Em abril de 1976 o Governo Morales Bermudez ordenou ao SIL de sair do País até o fim do ano. Em janeiro de 1977 concedeu ao SIL um novo contrato de cinco anos. O avanço nos altiplanos foi retardado pelo colapso do projeto bilíngüe de 1964-70 em Ayacucho; acusações em 1975-76 de que o SIL não solicitou autorização para as equipes do altiplano. Seis grupos estão agora trabalhando com dialetos Quechua, para produzir o Novo Testamento em dezoito dialetos Quecha e cinco dialetos Campa.
Ecuador	1952	Contrato assinado com o Ministério da Educação sob a Presidência Galo Plaza, cujo sucessor, Velasco Ibarra, acolheu as primeiras equipes. Como no Peru, organizou programas bilíngües, de saúde e de treinamento ocupacional. Cooperou com o governo e as companhias de petróleo na remoção dos Auca das terras petrolíferas para as reservas, em 1968-72. Base em Limoncocha, programa JAARS.	12	100	Atraso nos planos para o programa de educação bilíngüe por falta de ajuda por parte do Governo e da fundação.

Este trabalho foi retirado do livro, organizado por Soren Hvalkos e Peter Aaby, "Is God an American? An anthropological perspective on the missionary work of the Summer Institute of Linguistics".

A sigla "SIL" representa Summer Institute of Linguistics e "WBT" representa "Wycliffe Bible Translators". Os dois títulos referem-se à mesma instituição, enfatizando um a sua face científica e outro o seu lado missionário (Nota da tradutora).

Guatemala	1952	Durante o Governo Arbaenz, o SIL assinou um contrato com o Ministério da Educação através do Instituto Indigenista Nacional. Em 1960 o SIL garantiu apoio ao Governo do Pres. Manuel Ydigoras contra uma insurreição.	29	91	A Agência norte-americana para o Desenvolvimento Internacional tem apoiado o programa de Educação bilíngüe.
Honduras	1960	Administrado pela sucursal Centro-Americana, cujo quartel general encontra-se na Guatemala.	3	4	
Bolívia	1955	Townsend encontrou o Pres. Paz Estensorro na Conferência Indigenista Inter-Americana em La Paz. Contratos com os Ministérios da Educação, Saúde e Assuntos Rurais. Treina os índios em saúde, liderança, comunicações de rádio e negócios. Base em Tumi Chucua, perto de Riberalta, Beni, programa JAARS.	17	115	Relações cordiais com o Governo Banzer, planos para completar o trabalho até 1985. Equipes Aymara e Quechua trabalham com agências protestantes e católicas. Donald Burns, que começou a trabalhar com o Quechua do altiplano no Peru e no Equador, deslocado para a USAID, está promovendo educação bilíngüe.
Brasil	1956	Contatos em 1954 durante a Conferência de La Paz levaram a acordos com o Museu Nacional (1959), a Universidade de Brasília (1963) e com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) do Ministério do Interior (1969). Bases em Porto Velho, Cuiabá, Belém, Manaus e Brasília; programas JAARS; programas de cooperação com a FUNAI e as missões católicas.	44	302	Em 1975 a FUNAI pediu ao SIL que se expandisse na área do Rio Negro, na frente de uma nova rodovia, mas começou a revogar as permissões de trabalho do SIL em outros lugares. Em novembro de 1977 o Ministro do Interior ordenou que todo o pessoal do SIL se retirasse das áreas tribais. O trabalho continua nas bases regionais e algumas equipes conseguiram burlar a ordem do governo, permanecendo no campo.
Colombia	1962	Propostas ao Governo desde o começo dos anos '50 foram frustradas pela Concordata com o Vaticano até outubro de 1961, quando o Governo Lleras Camargo autorizou o SIL a negociar contrato com o Ministério do Governo. Base em Lomalinda, perto de Puerto Lleras, Meta. Programa JAARS.	39	217	Controvérsia sobre o SIL acirrou-se em 1975-76, o trabalho continua com base no contrato de 1962.
Panama	1970	Contatos no Congresso Indigenista inter-americano levaram a um convite por parte do Ministério da Educação em 1969.	5	17	Administrado juntamente com a Colombia como sucursal Colombia-Panama. O contrato com o Ministério da Educação acabava em 1979.
Surinam	1967	Contatos na Conferência Lingüística Inter-Americana levaram a um acordo com o Ministério da Educação.	5	20	Trabalhos com Nativos Americanos, Bush Negro e Línguas Indianas Orientais.

Chile	c.1977	Um casal de tradutores destinado à sucursal peruana está trabalhando em Pascuense, na Ilha Oriental. Propostas à <i>Venezuela</i> desde o fim dos anos '40 não conseguiram obter um contrato. Em 1972 um casal do SIL estava sendo consultado pelos Missionários Menonitas no Paraguay sobre assuntos de bilingüismo, com a esperança de estender o trabalho àquele País, aparentemente sem resultados. Naquele mesmo ano o SIL estava também considerando a possibilidade de começar a trabalhar na <i>Argentina</i> , aparentemente também sem resultados.			
Filipinas	1953	Richard Pittman conseguiu apoio do Secretário da Defesa, Ramon Magsaysay no auge de uma rebelião Huk. Quando Magsaysay tornou-se Presidente, o SIL obteve contrato e autorização para trabalhar em áreas militarizadas. Contratos com a Univ. das Filipinas e Depto. de Educação, contratos JAARS com o Depto. de Defesa, bases em Manila e Nasuli, Mindanao.	57	251	Entre os amigos estão Mr. e Mrs. Marcos, Carlos Romulo. Em 1976 um tradutor foi raptado pelos rebeldes muçulmanos na área do Mar de SULU e foi libertado com a ajuda da Polícia Filipina. Em 1976 novo contrato com o Depto. de Educação e Cultura. Treinamento de filipinos em lingüística e tradução da Bíblia.
Papua Nova Guiné	1956	Acordos conseguidos através de missionários protestantes australianos. Até a independência em 1976, acordos com o Governo Territorial Australiano. Programa JAARS, programas de educação bilíngüe e treinamento ocupacional, base em Ukarumpa perto de Lae, com muito pessoal australiano.	120	546	A Agência USA para o Desenvolvimento Internacional deu à sucursal \$ 568.000 (dólares) para "treinamento de liderança" de 300 indígenas em trinta grupos lingua no período 1977-80 (Grant No. AID/Asia-G-1250). A sucursal começou também a treinar convertidos para a tradução da Bíblia nas seiscentas línguas remanescentes. Proposta de organizar tradutores nacionais numa agência separada.
República do Vietnã do Sul	1957 (1975)	Yagsaysay recomendou o SIL ao Presidente Ngo Dinh Diem. Contrato com o Depto. de Educação. Em 1967-70 a USAID financiou programas bilíngües para os Montagnards, principalmente nos centros de relocação perto das guarnições militares, para as quais a maioria das equipes do SIL tinha se retirado. Dois tradutores e uma criança foram mortos em combate, outro tradutor morreu como prisioneiro de guerra do FLN.	21	66(x)	Desativado no momento do colapso do Governo de Saigon, dois tradutores capturados pelo FLN e liberados após oito meses. A sucursal reuniu-se nas Filipinas, acabando algumas traduções, organizando transmissões por meio da Far Eastern Broadcasting Co., e trabalhando com refugiados Montagnards nos Estados Unidos. Para iniciativas de reconstituição da sucursal Mainland S.E. Asia, ver em seguida.
Cambodja	1971 (1975)	Convidado para comelar o trabalho pelo Governo Lon Nol, seguindo a invasão americana. Supervisão da sucursal vietnamita.	2		Duas equipes começaram a trabalhar com os Brao e os Cham, perto da fronteira Thai; retiradas após a derrota do Governo Lon Nol.

(x) Último ano de operação do pessoal no País.

Austrália	1961	Subsídios do Governo australiano para trabalho lingüístico.	20	82	
Ilhas Inglesas de Salomon	1977	Várias equipes começaram o trabalho com algumas das setenta línguas faladas por 150.000 pessoas.			
Índia	1966	O SIL obteve patrocínio do Colégio de Decca, Poona, mas nunca ganhou a confiança do Governo federal. Em 1969 o Governo revogou os vistos para o pessoal não pertencente ao Commonwealth, bloqueando a operação.			Aqui o SIL tentou por algum tempo recrutar Indianos cristãos para que se tornassem tradutores. Em 1977 doze missionários indianos foram para a Inglaterra para um treinamento intensivo de oito meses em lingüística e tradução da Bíblia.
Nepal	1966 (1976)	Contatos na Índia levaram a um contrato com a Univ. Tribhuvan, Kathandu.	18	83(x)	Em junho de 1976 o Governo ordenou que todo o pessoal do SIL deixasse o País até agosto, aparentemente por ter violado as leis nacionais que proibem a pregação de religiões não Hindu. Desde então o SIL tem tentado manter contato com suas congregações.
Indonésia	1971	Fracassaram os contatos oficiais iniciados sob o Governo Sukarno. A apresentação por parte de Carlos Romulo, Secretário do Exterior filipino, ao seu colega Adam Malik levou a um contrato com a Univ. de Cenderawisih em Jayapura.	9	81	Em 1974 o Governo aprovou o desenvolvimento da base de Danau Bira (Lago Holmes) no norte-oeste de Irian Jaya (antiga Nova Guiné Holandesa). O ano seguinte Kenneth Pike assinou novo contrato. Garantida também a permissão para rádios e aviões. Quarenta e um membros, recrutados em 1975, tiveram problemas de visto. A sucursal deseja integrar Indonésios no programa.
Sucursal Mainland S.E. Asia		Em 1975-78 esforços para assegurar permissão governamental para trabalhar em <i>Laos, Thailandia, Malaysia e Bangladesh</i> . Está trabalhando também com o <i>Burmese</i> na tradução da Bíblia.			
Malásia	1977	Em dezembro de 1977 membros da Sucursal Mainland S.E. Asia esperavam vistos para entrar em Sabah, Borneo. Em 1973 Townsend foi convidado para o <i>Pakistan</i> pelo Governo de Ali Bhutto, mas sem resultados aparentes. Notícias sem confirmação de 1978 sobre iniciativas diplomáticas no <i>Irã</i> .			
Ghana	1962	John Bendor-Samuel, da Wycliffe inglesa, negociou contrato com a Univ. do Ghana. Aprovado pelo Conselho Universitário de Kwame Nkrumah.	13	46	A sucursal formou recentemente o Instituto Lingüístico do Ghana, composto por membros do SIL e nacionais de Ghana, para os quais o SIL quer eventualmente transferir a responsabilidade do trabalho.

Nigéria	1962 (1976)	Acordos com a Univ. de Nigéria, Nsukka, e a Univ. Ahmadu Bello, Zaria. O SIL tornou-se Instituto Lingüístico (IL). O trabalho começou em 1964 na região leste; na ocasião do Biafra, parou o trabalho em dezesseis dos dezesseite grupos, mas foi permitido ao SIL expandir-se ao norte.	22	71(x)	Após 1972 o Governo bloqueou novas instalações. Em 1975 a sucursal começou a organizar o Trust Nigeriano de Tradução da Bíblia (NBTT), incluindo nigerianos. Em junho de 1976 o Governo acabou com o IL; o NBTT, planejado pelo SIL agora ocupa o antigo centro do IL em Jos e trabalha com 15-20 línguas.
Cameroun	1967	Contrato com a Univ. do Cameroun. Algumas poucas equipes deslocadas pela guerra do Biafra retomaram aqui o trabalho através da fronteira.	20	65	Em 1975 Kenneth Pike assinou um novo contrato com o Instituto de Pesquisas do Governo, estabelecendo um maior envolvimento a nível nacional.
Togo	1967		4	16	Supervisão pela sucursal vizinha SIL-Ghana.
Costa de Marfim	1970	Contrato com a Univ. de Abidjan.	18	57	Centro de tradução em Abidjan serve para outros missionários e tradutores nacionais.
Alto Volta	1974	O Governo convidou o SIL da Costa de Marfim para levantamento lingüístico, administrado através da Costa de Marfim.			
Etiópia	c.1973	O primeiro casal do SIL chegou em Addis Abeba em 1973, e no ano seguinte estava lecionando no Colégio Evangélico de Debra Zeit. Até 1977 muitos outros casais traduziam a Bíblia em cooperação com missões protestantes e igrejas locais.			O Escritório para a Área Africana, com seu quartel general em Accra, Gana, e 82 funcionários, administra corretamente o trabalho na Etiópia, Sudão, Kenya e Nigéria.
Sudão	c.1974	Em 1974 o SIL fez levantamento lingüístico no sul do Sudão sob o amparo do Ministério da Educação. Até 1977 continuava a enviar pessoal para este país e planejava um programa extensivo de alfabetização juntamente com o Ministério da Educação.			
Kenya	1977	Contrato com a Univ. de Nairobi permitiu ao SIL estabelecer aqui um centro regional para a África Oriental.			
Chad	1977	Acordos entre o SIL e o Governo acentuam o treinamento de tradutores nacionais. Membros do SIL fizeram também levantamento lingüístico no Zaire e na República Centro-Africana, presumivelmente para começar a trabalhar também nesses Países.			

América do Norte	1944	Trabalha sem contrato governamental no Canadá e nos Estados Unidos.	33	100	Surtem problemas, entre os quais a recusa por parte dos Conselhos de permitir a permanência de tradutores nas reservas. Impossibilidade de utilizar informantes a tempo pleno nas modalidades do trabalho no Terceiro Mundo.
União Soviética		A Wycliffe mostrou interesse em trabalhar na União Soviética durante a II Guerra Mundial. Após a visita de Lazaro Cardenas à Rússia e à China em 1958-59, Townsward entrou em contato com diplomatas russos no México, novamente em 1967, e fez a primeira de pelo menos oito viagens para a Rússia. Em 1972 publicou um livro elogioso sobre o programa bilíngüe da União Soviética. Por algum tempo esperou-se que acordos pudessem ser realizados por meio da sucursal Colômbia-Panamá; vários tradutores de nível superior foram para Moscou, mas repetidas negociações com a Academia de Ciências aparentemente não produziram ainda acordos satisfatórios. Em outubro de 1977 a Academia de Ciências concordou em que seus linguistas fizessem traduções da primeira Epístola de João em várias línguas.			
Projeto para línguas deslocadas	c. 1976	Um programa para a tradução dirigido aos expatriados: Bascos e Curdos nos Estados Unidos ocidentais, Circassianos na Alemanha Ocidental, falantes de um dialeto albanês em Detroit, e talvez algumas línguas faladas em países comunistas. Designados sete funcionários.			

Fontes

Grande parte da avaliação numérica do pessoal está baseada no Prayer Directory da Wycliffe Bible Translators para o ano de 1978. Os números para o Nepal e o Vietnã do Sul referem-se ao último ano do SIL nesses Países. De acordo com o Directory, esta é a distribuição dos membros do SIL relativamente ao país de origem: Estados Unidos (2.668); Canadá (287); Austrália (279), Inglaterra (214); Suíça (76); Alemanha Ocidental (68); Nova Zelândia (43); Suécia (14); Finlândia (14); República Sul Africana (11); Japão (8); França (6); Peru (6); Noruega (5); Bélgica (3); Áustria, Dinamarca, México e Brasil (2 cada); e Ghana, Hong Kong, Índia e Panamá (1 cada).

O total do pessoal no começo de 1978 era portanto de 3.700; aproximadamente 72% dos Estados Unidos; e aproximadamente 99,6% da América do Norte, Europa, Japão, Austrália e Nova Zelândia.

A avaliação da maior parte dos grupos locais de trabalho lingüístico está baseada também no Prayer Directory de 1978; seu total é de aproximadamente 675. As estimativas do SIL para os grupos em que

entrou variam; isso pode refletir novas designações, abandono temporário ou permanente de designações incompletas ou confusão oficial sobre o que constitui uma designação.

Grande parte das outras informações nesse breve histórico foi encontrada nos boletins da Wycliffe destinados aos que, da pátria-mãe, ajudam a instituição, Translation (1943-1975) e In Other Words (1975-), e nos seguintes artigos e livros: Hart, Laurie 1973 "Pacifying the Last Frontiers" in Latin America § Empire Report, December 1973, North American Congress on Latin America Affairs, New York.

Hefley, James and Marti

1974 Uncle Sam, Waco, Texas: Word Books.

Townsend, William C.

1972 They Found A Common Tongue, New York: Harper and Row.

1976 Lazaro Cardenas: Democrata Mexicano, Mexico: Grijalbo.

Townsend, William C. and Pittman, Richard S.

1975 Remember All the Way, Huntigdon Beach, California: WBT.

PATRÍCIA MONTE-MÓR
 Antropologia
 Museu Nacional

NOTAS DE LIVROS

MEYER, Doris Rinaldi. A Terra do Santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 186pp.

Originalmente, tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, este trabalho enfoca uma comunidade de camponeses e trabalhadores rurais da mata sul pernambucana. Não é um estudo clássico de comunidade; o que a autora procura é pensar aqueles aspectos fundamentais para a compreensão da existência da comunidade, e de sua diferenciação interna.

Através de uma análise antropológica mostra como os habitantes da vila estudada, trabalhadores rurais, por meio das "terras de Santo Antonio" — sem existência jurídica, mas vinculada ao que Doris chama de "mito de origem da vila", contestam a sua propriedade por parte do senhor de engenho.

BRANT, Vinícius Caldeira e SINGER, Paul (org). São Paulo: O povo em movimento. Petrópolis, Vozes/CEBRAP 1980. 240pp.

Esta obra reúne diversos autores e analisa os movimentos populares, em São Paulo, surgidos nos anos 70. "Grande parte dos estudos sobre as classes populares urbanas no Brasil dedica-se à explicação de sua ausência do cenário

político e dos grandes embates sociais. Este livro trata de sua presença", diz um dos organizadores, Vinícius Brant, no primeiro artigo da obra: Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. Os demais artigos são: "Sindicatos de trabalhadores", do mesmo autor; "Comunidades eclesiais de base", de Candido Procópio F. de Camargo, Beatriz Muniz de Souza e Antonio Flávio Pierucci; "Movimentos de Bairro", de Paul Singer; "O Feminino e o Feminismo", de Paul Singer; "Organizações Negras", de Clóvis Moura; "Partidos Políticos", de Fernando Henrique Cardoso e "Movimentos Sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas", de Paul Singer.

BOFF, Clodovis. Deus e o homem no inferno verde. Quatro meses de convivência com as CEBs do Acre. Petrópolis, Vozes, 1980.

A partir de uma permanência anual de quatro meses — que já se repete há três anos — na prelazia de Acre-Purus, Clodovis Boff escreve Deus e o Homem no inferno verde. Neste trabalho o autor dá uma idéia do que vem fazendo a prelazia junto "às bases". E é a "gente da base, é para o povo sofrido, mas lutador", para as comunidades eclesiais de base que ele o endereça.

Na introdução, C. Boff fala de três

etapas de atuação da Igreja no Acre: Pastoral Religiosa (1920-1950), Pastoral Social (1950-1970) e a Pastoral inaugurada nos anos 70, da Libertação, das CEBs, que tem parte de sua história contada nesse trabalho.

HENHÍRI, Tolamã e KUMU, Umúsin Panlõn. Antes o mundo não existia. São Paulo. Livraria Cultura editora, 1980. (introdução de Berta G. Ribeiro)

"Na história da antropologia brasileira es'a é a primeira vez que protagonistas indígenas escrevem e assinam sua mitologia". Assim Berta Ribeiro introduz "Antes o mundo não existia". Pai e filho, Unusin e Tolamã são índios Desãna do alto rio Negro. O livro reúne uma série de mitos de seu povo, contadas por Umúsin à Tolamã: "Meu pai ditava e eu escrevia, pedi que fosse publicado para ficar no meio dos meus filhos, para sempre."

Berta Ribeiro faz uma introdução primorosa contando um pouco da história e do mundo dos Desãna.

Inclui 47 páginas com ilustrações, inclusive à cores, de Tolamã.

AZEVEDO, Israel Belo de. As Cruzadas Inacabadas; introdução à história da Igreja na América Latina. Rio de Janeiro, Gêmeos, 1980. 175pp.

O trabalho de Israel Belo de Azevedo é destinado a estudantes universitários e

seminaristas em geral. Trata-se de uma obra pioneira e inovadora, no sentido de que valoriza a história do protestantismo na América Latina, já que há uma insuficiência de fontes para tal estudo.

O auto é professor do Seminário Batista do Rio de Janeiro. Organiza-se o trabalho em duas partes centrais: A igreja no Período Colonial (1492-1810) e a Igreja e os Estados Nacionais (1810 ao presente).

Inclui uma cronologia da história política e religiosa da América Latina, além de indicação bibliográfica.

Gadelha, Regina Maria A. F. — *As Missões Jesuítas do Itatim. Estruturas Socio-Econômicas do Paraguai Colonial, Séc. XVI e XVII*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

Este trabalho foi originalmente apresentado como dissertação de Mestrado, na cadeira de História da América do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Trata-se de um estudo sobre as Missões Jesuítas de Itatim, entre os séculos XVI e XVII. Dado o isolamento desta região, as Missões configuram um caso extremo

na colonização ibérica. Segundo a autora, "a importância das missões jesuítas, na época, e a influência exercida sobre os índios guarani é incontestável e seus traços permanecem até hoje na formação do Paraguai, Argentina e mesmo em algumas regiões do Brasil.

Regina Gadelha não faz um estudo de interesse apenas descritivo. Em seu trabalho diz ser crucial o desenvolvimento no Brasil das discussões sobre "relações de produção", que possibilitam apreender o processo de economia natural e de formas características de relações de trabalho como condição de sobrevivência de certas regiões e populações.

O problema da mão de obra indígena e o conflito colonos-jesuítas aparecem sob novo prisma e inerentes à própria estrutura de produção colonial.

A obra inclui mapas e uma historiografia.

Levine, Robert. *Brasil Since 1930. An Annotated Bibliography for Social Historians*, New York, London Garland Publishing, Inc. 1980.

O autor, um "Brazilianist", estudioso da História Social do Brasil, organizou essa Bibliografia comentada como um guia da literatura existente, publicada no Brasil e no exterior a partir de 1930, reforçando a tese de que para estudar o Brasil é preciso conhecer a produção nacional.

Salienta, no entanto, não se tratar de um levantamento exaustivo, mas de uma bibliografia seletiva, "de trabalho". Teve a preocupação de incluir além de fontes não convencionais (filmes, teses, etc.) obras de ficção que ilustram aspectos da vida social do país.

R. Levine constata a dificuldade de pesquisa, nesta área, no Brasil, por falta de organização sistemática das fontes, colocando como um dos maiores problemas a falta de jornais brasileiros microfilmados. A essa época, o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros estava sendo iniciado-Biblioteca Nacional / Casa de Rui Barbosa — hoje em plena atividade já tendo produzido

um grande número de títulos.

O trabalho se divide em nove capítulos de temas gerais. No Cap. VII, Society, há um tópico sobre Religião.

Brandão, Carlos Rodrigues. *Sacerdotes de Viola, Petrópolis, Vozes, 1981.*

Mais um trabalho do autor de *cavallhada de Pirenópolis, O Divino o Santo e a Senhora, A dança dos Congos da Cidade de Goiás, Os Deuses do Povo e Memória do Sagrado*. A estrutura deste livro, no entanto, é diferente. Não se divide em capítulos, mas em ciclos. Cada um dos ciclos inclui: a descrição de um ritual religioso do catolicismo popular, a discussão de alguns casos equivalentes, a análise de algumas questões. Fala assim da Folia de Reis, da Dança de São Gonçalo, da Dança de Santa Cruz, do Ciclo de São João, Ciclo de São Benedito e do Ciclo do Divino Espírito Santo.

Sacerdotes de Viola é resultado de estudos sobre rituais religiosos de negros e camponeses de São Paulo e Minas Gerais. Estão aí levantadas e discutidas as muitas questões sobre Religião popular, numa combinação feliz de pesquisa e análise.

DISTRIBUIDORES



**CORTEZ
EDITORA**

**EDITORA
AUTORES
ASSOCIADOS**



- RS. Diálogo Distrib. de Livros**
Rua Riachuelo, 1271 - cj. 22
90000 - P. Alegre - RS. tel. (0512)21.6642
- SC. Livraria e Distrib. Catarinense**
Rua Cons. Mafra, 47 - Tel. (0482)22.4652
88000 - Florianópolis - SC.
- PR. Distrib. "Nova Ordem" - Aramis Chain**
Rua Gal. Carneiro, 415 - Tel. (041)222.3599
80000 - Curitiba - PR.
- SP. Cortez Editora e Livraria**
Rua Bartira, 387 - Tel. (011) 864.0111
05009 - São Paulo - SP.
- SP. (Int. do Estado) ES. e SE.
Brasilivros Editora e Distrib.**
Rua Cons. Ramalho, 701 - lj. 10
Tel. (011) 284.3685 e 251.1160
01325 - São Paulo - SP.
- RJ. Brasilivros Editora e Distribuidora**
Rua Almt. Tamandaré, 66 - s/loja 322
22210 - Rio de Janeiro - RJ.
Tel. (021) 205.3994
- MG. Distribuidora KLS.**
Rua Tupinambás, 1.045 - cj. 303
Centro - Tel. (031) 201.9221
30000 - Belo Horizonte - MG.
- DF. GO. e MT. Edit. Distrib. Planalto Central**
SCLN 302 - Bl. C - sala 113
70723 - Brasília - DF.
- BA. Conhecimento Distr. de Livros**
Rua Carlos Gomes, 49 - loja
40000 - Salvador - BA. tel. (071) 242.0401
- RN. PE. PB. CE. PI. e MA. Potylivros Distribuidora Ltda.**
Rua Cel. Estevam, 1420 - A - Alecrim
59000 - Natal - RN. tel. (084) 223.3379
- PA. R.A. Jinkings, Com. e Representações**
Rua Tamoios, 1592
66000 - Belém - PA. tel. (091) 222.7286
- AM. Metro Cúbico (Liv. Nacional)**
Rua 10 de Julho, 613
69000 - Manaus - AM. tel. (092) 234.3030